

A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano*

Francisco Proença Garcia

Tenente-Coronel

Resumo

O presente trabalho procura sintetizar a participação portuguesa nas missões militares em três teatros de operações distintos, tendo todas elas uma tipologia diferenciada. Uma vez que se trata de um artigo sobre operações militares e como a grande maioria dos leitores não estará familiarizada com questões doutrinárias sobre o tema, decidimos iniciá-lo com uma breve caracterização do actual ambiente estratégico para, numa segunda secção, enunciarmos algumas medidas da resposta possível a dar aos conflitos de cariz subversivo que se desenvolvem nesse ambiente. Numa terceira secção, descrevemos os princípios de actuação da Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO) face à nova conflitualidade. Nas três secções seguintes, efectuamos uma breve descrição dos teatros de operações no Iraque, Afeganistão e do Líbano e da actuação das Forças Armadas Portuguesas nos mesmos.

Abstract

Portuguese Contribution for International Military Missions: the Cases of Iraq, Afghanistan and Lebanon

This essay systemizes the Portuguese contribution on international military missions in three theatres of operations presenting different typologies. The first section will be a brief theoretical characterization of the strategic environment, for readers unused to these issues. The second section advances a number of possible answers to subversive conflicts that tend to develop in those environments, followed by a section on acting principles of NATO in those operations theatres'. Finally it introduces a brief description of Iraq, Afghanistan and Lebanon situations and how Portuguese Armed Forces are performing locally.

* Agradeço aos Tenentes-Coronéis Valente Marques e Amaral Lopes as oportunas críticas efectuadas. Os dados e elementos reportados neste trabalho foram apresentados numa conferência subordinada ao mesmo tema, em 25 de Janeiro de 2008, aos membros do Grupo de Estudos do Médio Oriente, organizada conjuntamente pelo IDN e Instituto Português de Relações Internacionais.

1. O Novo Ambiente Estratégico Internacional

A Ordem dos Pactos Militares, finda com a simbólica queda do muro de Berlim, dita uma profunda alteração do ambiente estratégico, que hoje pode ser caracterizado pela sua complexidade, não linearidade, imprevisibilidade, heterogenidade, mutabilidade e dinamismo.

A ameaça, que até então mantinha coordenadas de espaço e de tempo bem definidas, desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de riscos e perigos, uns novos, outros antigos, que apenas subiram na hierarquia das preocupações dos Estados, sendo a comunidade internacional forçada a reconhecer que, para além do Estado, existiam outros actores que empregavam a força como instrumento nas Relações Internacionais. Hoje, a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar.

Na actual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano se encontra em crise, as guerras tornaram-se cada vez menos interestatais e passaram a contemplar outros actores infra-estatais, que perseguem múltiplos e diversos objectivos, que obedecem a lógicas e a racionalidades também diferentes, verificando-se uma extrema plasticidade dos seus actantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta pela sobrevivência, sem regras, sem objectivos claramente definidos, penetrada pelo tribalismo, pelo crime organizado e pelo terrorismo, seja ele de matriz secular ou religiosa.

Tendo em consideração que os actores deste tipo de conflito são outros, também o seu carácter teve que evoluir: são guerras irregulares, estrutural ou temporariamente assimétricas, sem frentes de combate próximas, estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca. Os seus pontos fortes estão na inovação e na imprevisibilidade, empregando por vezes o terror; onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. Estas guerras de hoje não são apenas mais comuns do que no passado, mas são também, estrategicamente, mais importantes e desenvolvem-se, essencialmente, em ambiente operacional de cariz subversivo.

Na nova conflitualidade, o terrorismo transnacional, ou antes a subversão global, pela suas capacidades de destruição e de resistência, de recrutamento, de financiamento e de actuação globais, representa uma das ameaças mais perigosas, nomeadamente, se associada à utilização de Armas de Destruição Massiva (ADM) e dos seus vectores.

2. Considerandos para uma Estratégia de Resposta

A abordagem da resposta a dar à actual conflitualidade de cariz subversivo deve ser holística, obedecendo a uma estratégia que deverá ser total, ao nível interno e externo, directa e indirecta, anti-lassidão, carecendo de uma coordenação muito estreita de cinco acções oportunas: político-diplomática, socioeconómica, psicológica, informações e militar, todas a funcionarem de forma dinâmica entre si.

A eficácia destas respostas obriga a adequada coordenação de natureza multi-institucional e no quadro de uma arquitectura de segurança cooperativa onde as diferentes organizações, com capacidades e objectivos diferenciados, se complementarão.

2.1. A acção político-diplomática

Esta manobra pode ser encarada ao nível Político e Estratégico da Organização ou ao nível do comandante militar no Teatro. A nível interno, a acção política está estreitamente relacionada com a *governance*, com as reformulações de carácter dinâmico realizadas pelo poder, com a tomada de decisões a nível administrativo e com a adopção de medidas de âmbito legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado.

A nível externo há diversas formas de actuação. Através da acção diplomática sobre Estados, Organizações Internacionais ou outras entidades identificadas com relevância estratégica. Esta actuação procura angariar apoios e reduzir os da subversão. Por exemplo, a NATO desenvolve ao seu nível político-estratégico, no *North Atlantic Council* (NAC), um papel junto dos Estados Membro com quem negocia os meios e os contingentes para a Missão, bem como as limitações do seu emprego (*caveats*). A este nível é ainda fundamental a ligação aos países parceiros através de estruturas como, por exemplo, o Conselho de Parceria Euro-Atlântico (EAPC) e o diálogo para o Mediterrâneo, procurando uma actuação cooperativa da comunidade internacional.

Na designada acção político-estratégica de Teatro, o Comandante Militar tem um papel fundamental, na ligação com os actores internacionais e locais de diferentes níveis, na gestão de vontades e consentimentos, no saber ouvir, influenciar e coordenar esforços.

2.2. A acção socioeconómica

Assenta sobretudo na melhoria das condições de vida das populações e na manutenção ou conquista/reconquista da fidelidade às Autoridades formais, passando pelo controlo da população e dos recursos, e pela melhoria das estruturas e infra-estruturas.

As medidas de controlo das populações e dos recursos, para além de visarem proteger fisicamente a população e destruir a estrutura subversiva, procuram isolar a população da subversão, impedindo que as instituições e os serviços sejam afectados pela propaganda e pelos agentes subversivos. Estas medidas devem ser aplicadas com moderação de forma a não provocarem o inverso do pretendido e serem susceptíveis de aproveitamento pela subversão.

A promoção socioeconómica das populações faz-se pela elevação do nível de vida das mesmas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes. Esta promoção passa pela adopção de medidas concretas e visíveis, contribuindo para a criação de um ambiente propício para a conquista da adesão plena das populações. Esta acção deve ser conjugada com uma intensa acção psicológica no sentido de conquistar os corações e as mentes. A estratégia socioeconómica deve ser exercida sobre as populações em duplo controlo ou controladas pelo poder em exercício, procurando conquistar a fidelidade, consolidando as adesões, anulando o efeito da propaganda adversária e fomentando a apresentação. Esta actuação também é utilizada na gestão do consentimento para a presença da Força.¹

O ambiente onde se efectuam as diferentes acções é extremamente complexo, com os mais diversos interesses em presença e nem sempre convergentes. No campo específico da actuação socioeconómica temos, por exemplo, as agendas distintas das diversas Organizações não Governamentais, a burocracia local, a falta de capacidade humana de recrutamento local e sobretudo a falta de dinheiro, situações que levantam graves problemas de coordenação e que afectam a unidade de esforço requerida.

A permanência no terreno nesta estratégia é fundamental, uma vez que se criam laços de confiança com as populações. Os militares devem também participar na promoção socioeconómica das populações em áreas como as assistências sanitária e educativa, pois o centro de gravidade estratégico é a população.

1 Garcia 2007, 140-143.

Um bom exemplo deste tipo de actuação são os 25 *Provincial Reconstruction Teams* (PRTs) no Teatro do Afeganistão, como veremos adiante neste artigo. Esta manobra reveste-se de uma importância extrema, pois a sua não concretização põe em causa o cumprimento da missão, facilita o desacreditar das intenções da Comunidade Internacional e da Aliança, ajudando a aumentar o recrutamento pelo lado da subversão.

2.3. A acção psicológica

Em contra-subversão, as guerras travam-se sobretudo, na conquista dos corações e mentes da população.

Para a acção psicológica sobre as populações ser rentável, é necessário ter sempre presente que os civis não podem ser tratados passivamente, manipulados ou como um actor invisível pois, muitas vezes, são eles que manipulam os actores centrais de forma a despoletarem o seu conflito.² Nesta ordem de ideias, é imperiosa uma análise do contexto da sua vida social e das suas estruturas, como operam as sociedades e como inter-reagem as redes do poder, como se relacionam e sobrepõem, como é feita a distribuição do poder social e como participam as elites no processo de decisão política e não política, qual o papel das autoridades tradicionais e de outros actores não políticos capazes de influenciar ou mesmo condicionar as decisões políticas, quais as motivações e importância dos grupos. Em seguida é necessário sintetizar o quadro emergente destas análises, definindo coeficientes de reactividade, enunciando as ideias-força que esses coeficientes aconselhem para, posteriormente, se explorarem, através de todas as estruturas possíveis e dos diversos tipos de propaganda.³

Nesta actuação é primordial para a população sentir uma presença do poder formal com forças policiais e militares, visando manter/restabelecer um clima de segurança e de confiança, dissuadindo ainda eventuais actuações subversivas. Esta actuação, deve acompanhar a acção socioeconómica de apoio, devidamente explorada através das diversas técnicas de propaganda e contra-propaganda, envolvendo necessariamente uma eficiente utilização dos *media*.

A estratégia psicológica não pode actuar isoladamente, devendo ser coordenada e integrada, de forma coerente, em todos os escalões com as restantes estratégias.

2 Kalyvas 2003, 481.

3 Monteiro 1989, 37 e Branco 2004, 155.

2.4. A acção de Informações

A estratégia de informações é transversal às outras estratégias que apoia directamente. Na contra-subversão, as informações para além de flexíveis, em constante adaptação e de se desenvolverem com iniciativa, possuem características distintivas.

As actividades de *intell* possibilitam estratégias preemptivas e preventivas, e, devem ser efectuadas a todos os níveis numa atitude pró-activa para detectar, com oportunidade, actividades e impedir que a subversão obtenha informações, empregando diversos métodos, dos quais destacamos para além da HUMINT (*Human Intelligence*): IMINT (*Imagery Intelligence*); COMINT (*Communications Intelligence*) SIGINT (*Signal Intelligence*).

No complexo ambiente operacional de hoje, onde a Inteligência ao nível tático deve ser *near to real time*, voltando a HUMINT a desempenhar um papel determinante, sendo o esforço de pesquisa orientado não só para o inimigo, para o terreno e para os meios, mas também, e, sobretudo, para a população, das quais se efectuam diversos estudos (etnias, línguas, usos e costumes, religiões) que depois são utilizados em proveito nomeadamente das estratégias socio-económica e militar. Esta não tem de ser desenvolvida exclusivamente pelas agências especializadas dos países ou organizações internacionais, pode e está a ser feita também por empresas privadas.

Como é indispensável o dissociar do binómio população/inimigo (In), as actividades dos habitantes terão de ser controladas de forma a tornar possível a sua detecção e impedir ou dificultar que lhe sejam prestadas todas as formas de apoio.

2.5. A acção militar

Partimos de uma velha premissa militar de que as guerras de cariz subversivo não se ganham com a acção militar mas perdem-se pela inacção militar. A estratégia deve servir para garantir o espaço e o tempo necessários para a consecução dos objectivos políticos.

O dispositivo adoptado deve permitir garantir a segurança, o desenvolvimento da acção socioeconómica, a reconstrução e a *Governance*. Normalmente, adopta-se o binómio quadrícula/forças de intervenção, procurando sempre que os efectivos sejam suficientes para estar próximo da população.

Neste artigo gostaríamos de realçar a importância da localização de efectivos e da actuação conjunta com as Forças da Aliança. Com esta medida procura-se credibilizar o papel das forças locais e garantir a criação de condições de auto-suficiência.

Hoje, as operações militares da aliança são conjuntas e combinadas, criando algumas dificuldades de comando, pois os diversos contingentes têm estatutos e limitações também diferentes. As forças desenvolvem a sua actividade operacional num ambiente em que a subversão se encontra misturada com a população, o que limita a utilização do poder de fogo, que apesar de compensar a falta de efectivos, afasta o apoio da população.

As missões das forças militares nas guerras de cariz subversivo devem ser as seguintes: defesa de pontos sensíveis; protecção de itinerários e escoltas; patrulhamentos e nomadização; cerco e batida; limpeza/rusga de uma povoação; golpe de mão; emboscada; interdição de fronteira; operações de ordem pública e monitorização de actividades.

3. A NATO e a sua Actuação Face à Nova Conflitualidade

O emergir de novas e diferentes formas de manifestação da conflitualidade veio forçar a NATO a implementar um leque de medidas de gestão de crises e prevenção de conflitos,⁴ destacando-se as que dizem respeito ao terrorismo, que é entendido pela Organização como “(...) a utilização ilegal da força ou da violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos (...)”⁵. A NATO tem cinco grandes áreas de actuação para fazer face ao terrorismo, e que passamos a enunciar:⁶

- Operações contra-terroristas;
- Protecção das populações e territórios;
- Melhoria de Capacidades;
- Cooperação com os parceiros;
- Cooperação com outras Organizações Internacionais.

4 Foram definidas linhas de esforço no apoio: civil às operações militares da Aliança no âmbito do Art.º 5 do Tratado de Washington; a operações de resposta a situações que não Art.º 5; às autoridades nacionais em situações de emergência civil; às autoridades nacionais na protecção das populações contra os efeitos das ADM; de cooperação com os Parceiros.

5 North Atlantic Treaty Organization (2002) - NATO Military Decision on MC 472 (2002) - Military concept for defense against Terrorism. 8 October.

6 Informação disponível no Sítio da NATO em <http://www.nato.int/issues/terrorism/index.html>.

No que diz respeito às operações contra-terroristas lembramos, por exemplo, a *Active Endeavour*, operação naval iniciada em Outubro de 2001 com a missão essencial de patrulhamento e monitorização do Mediterrâneo Oriental. Desde Março de 2003 alargou o seu espectro de actuação para a escolta a navios mercantes aliados na passagem do Estreito de Gibraltar e em Março de 2004 a operação foi estendida a todo o Mediterrâneo. Um outro exemplo é o da operação *Eagle Assist* (2001-2002), na qual aviões AWACS ajudaram a proteger o território norte-americano após o 11 de Setembro, num total aproximado de 4300 horas de voo e 360 saídas. Neste artigo detalharemos adiante a contribuição da NATO no Teatro de Operações do Iraque, onde participa essencialmente através da Reforma do Sector de Segurança e ainda a operação militar no Afeganistão.

A protecção das populações e território abrange diversas actividades, como o levantamento de meios para gestão das consequências de um possível ataque efectuado com meios químicos, biológicos ou radiológicos; a melhoria na partilha de *Intelligence*, nomeadamente com a criação da *Terrorist Threat Intelligence Unit*; o desenvolvimento de meios de protecção das infraestruturas críticas, sobretudo de informação e comunicações; o desenvolvimento de tecnologia contra-terrorista e a adopção de um conceito militar para a defesa contra o terrorismo. Ao nível tecnológico, salienta-se, o desenvolvimento de um programa próprio, o *Defence Against Terrorism Programme*,⁷ que assenta em dez áreas em que se acredita que a tecnologia pode apoiar as acções desenvolvidas pelas tropas no terreno:

- 1) Redução da vulnerabilidade de aviões, a mísseis MANPAD;
- 2) Protecção de portos e navios contra ameaças de mergulhadores e barcos rápidos com explosivos;
- 3) Redução da vulnerabilidade de helicópteros a RPGs;
- 4) Contenção de engenhos explosivos improvisados;
- 5) Tecnologia de defesa de ataques com morteiros;
- 6) Detecção e protecção biológica, radiológica e química;
- 7) Tecnologias para o *Intelligence, Surveillance, Reconnaissance* e *Target Acquisition*;
- 8) Tecnologia de precisão para lançamento de Forças de Operações Especiais;
- 9) Protecção de infra-estruturas críticas;
- 10) Engenhos explosivos.

⁷ Sobre este assunto podemos detalhar mais no Sítio da Nato em www.nato.int/issues/dat/practice.html

De todas as acções desenvolvidas há uma no campo conceptual que pensamos ser o grande pilar de toda a actuação NATO; a adopção de um conceito militar para a defesa contra o terrorismo, o MC 472. Este documento preconiza cinco diferentes actuações para as operações militares de defesa contra o terrorismo, sendo a Protecção da Força, essencial em cada uma das outras quatro que a seguir se identificam:

- 1) Medidas defensivas, ou antiterroristas, com um carácter dissuasor e preventivo, de forma a reduzir vulnerabilidades, ajudando a reverter as origens e as causas do fenómeno, promovendo entre outros, a implementação de sistemas democráticos, as condições de vida e o desenvolvimento humano. Estas medidas devem incluir acções para evitar o colapso das estruturas estatais, efectuar um controlo de materiais perigosos, desenvolver legislação internacional adequada que permita secar as fontes de financiamento, uma vez identificadas; partilhar informações e criar mecanismos de *early warning*, com carácter defensivo e ofensivo, que permitam uma correcta avaliação da situação e uma utilização equilibrada e eficaz dos meios antiterroristas.
- 2) Medidas ofensivas, ou contra-terroristas, com acções tácticas de destruição das capacidades terroristas e daqueles que os apoiam, em qualquer localização geográfica.
- 3) Medidas de gestão das consequências, ou controlo de danos, de forma a minimizar os efeitos de uma ameaça concretizada. Célula de coordenação euro-atlântica para coordenar entre NATO e países.
- 4) Cooperação Técnico-Militar.

Na Cimeira de Praga, em Novembro de 2002, no que diz respeito à melhoria de capacidades da Aliança,⁸ assumiu-se o compromisso de estas serem incrementadas em mais de 400 áreas, cobrindo oito campos:

- 1) Defesa química, biológica, radiológica e nuclear;
- 2) Informações, vigilância e aquisição de alvos;
- 3) Vigilância ar-terra;
- 4) Comando, controle e comunicações;

⁸ As capacidades NATO para fazer face ao terrorismo são explicadas detalhadamente no sítio <http://www.nato.int/issues/capabilities/practice.html>

- 5) Eficácia de combate;
- 6) Transporte estratégico por via aérea e marítima;
- 7) Reabastecimento ar-ar;
- 8) Apoio ao combate destacável e unidades de apoio de serviços.

As *NATO Response Forces* (NRF), que foram anunciadas em Praga, haviam já sido propostas por Donald Rumsfeld em Setembro do mesmo ano, consistem numa Força Conjunta Multinacional, mantida com elevado grau de prontidão, destacável num prazo inferior a cinco dias e auto-sustentada por um prazo de 30 dias ou mais, se for reabastecida, devendo cumprir missões do Artigo 5º e de Resposta a Crises. Esta Força tem capacidade operacional plena (25.000 militares) desde a Cimeira de Riga, em Novembro de 2006.

De modo a incrementar as suas capacidades em Praga ficou ainda estabelecida a reforma da estrutura de comando militar, a reforma do processo de planeamento de defesa, o processo de planeamento do *Allied Ground Surveillance* (AGS), as iniciativas para conter ataques nucleares, biológicos, químicos ou radiológicos e a defesa anti-míssil de Teatro.

4. Portugal e a NATO Training Mission – Iraque⁹

No Iraque, a NATO não está envolvida nas Forças da Coligação lideradas pelos norte-americanos e que estão no território a efectuar operações de estabilização desde Maio de 2003; no entanto, está presente com outro tipo de missão que passaremos a explicar sucintamente.

A 22 de Junho de 2004, o Governo Interino do Iraque solicita, à NATO, apoio nas áreas da formação e treino, do reequipamento e da assistência técnica às suas forças militares. Uma semana depois em Istambul, aquando da realização da 17.^a Cimeira da Aliança, os Aliados decidiram-se pelo apoio ao Governo iraquiano e encorajaram os Estados membros a contribuírem para o treino das forças armadas iraquianas. Assim, parte para o Teatro uma equipa avançada que efectua um relatório para o Conselho do Atlântico Norte (NAC), tendo este decidido pela criação de

⁹ A informação detalhada sobre este assunto pode ser encontrada em <http://www.nato.int/issues/iraq-assistance/index.html>.

uma Missão de Treino, a NATO *Training Mission – Iraque* (NTM-I) tendo, em Novembro do mesmo ano, aprovado um Plano e uma Directiva para implementação da missão.

Com a criação desta missão a Aliança definiu como objectivos políticos a demonstração do apoio pleno à independência, soberania, unidade e integridade territorial da República do Iraque, e o contributo para o fortalecimento da liberdade, democracia, direitos humanos, lei, ordem e segurança de toda a população iraquiana.

Os esforços da Aliança são desenvolvidos em estreita cooperação com as Autoridades Iraquianas (Ministério da Defesa e Forças Armadas) e com as Forças da Coligação, regendo-se pelo princípio que as decisões são da responsabilidade iraquiana e que a NATO está presente apenas para aconselhar e dar o apoio necessário. Assim, a NTM-I coopera na Reforma do Sector de Segurança com:

- Capacidades e meios;
- Avaliação das Instituições;
- Assessoria;
- Mentoring;
- Treino no território em escolas NATO;
- Coordenação de donativos de equipamento.

Esta missão, que tem apoiado o Iraque na criação de um corpo de oficiais treinado de acordo com as modernas técnicas de liderança e das melhores práticas focalizava-se, inicialmente, no treino, tendo ao longo dos últimos dois anos progredido para a assessoria e, mais recentemente, para o *mentoring*,¹⁰ procurando inculcar, sobretudo, valores, como o controlo democrático do poder político sobre as Forças Armadas. A NTM-I efectua as suas actividades de *mentoring*¹¹ aos elementos de Estado-maior dos diferentes níveis organizacionais e hierárquicos, a todos os Ramos e especialidades. Desde o início da Missão, em 2004, a NATO já treinou mais de 5.000 oficiais, quer em território iraquiano, quer em escolas da Organização.

10 A Partir de Setembro de 2007 com a transição do *Crisis Establishment* (CE) 4.0 para o CE 5.0, e consequente implementação das estruturas de assessoria aos diversos órgãos de poder executivo iraquianos e aos comandos superiores das forças de segurança iraquianas.

11 Por *mentoring* entendem-se as actividades desenvolvidas por um mentor em proveito de um *mentee* de forma a ajudar este a executar o seu trabalho de uma maneira mais eficiente ou a progredir na sua carreira. O mentor deverá ser experiente no tipo de situações em que vai influenciar o seu *mentee*, podendo usar várias ferramentas para o conseguir como por exemplo o treino, a discussão, o aconselhamento, etc.

Os projectos da Missão ou estão inseridos no *Iraqi Training and Doctrine Command* (ITDC) ou fazem parte da estrutura de Comando e Controlo das Autoridades iraquianas, sendo que o treino no exterior e os donativos de equipamento são coordenados pela *Training and Equipment Synchronization Cell* (TESC), que procura garantir que, quer o treino quer os equipamentos, estão de acordo com as reais necessidades iraquianas. Há ainda outros projectos como o treino de *Gendarmerie* ministrado à Polícia Nacional Iraquiana, que não se inserem em nenhuma das categorias enunciadas.

O ITDC, que controla todo o treino das Forças Armadas Iraquianas, está dividido no Comando de Treino Tático e a Universidade de Defesa Nacional. A Universidade de Defesa Nacional integra diversas escolas tais como:

- *National Defence College*;
- *Defence Language Institute*;
- *Defence Strategic Studies Institute*;
- *Centre for Military Values, Principles and Leadership*;
- *Joint Staff College*;
- *Iraqi Military Academies*.

O *National Defence College* ministra cursos de um ano em Estudos de Segurança Nacional, para oficiais gerais e para decisores estratégicos, uma educação de alto nível no âmbito da liderança. O *Defence Language Institute* dedica-se ao ensino de línguas estrangeiras não só para os elementos das Forças Armadas mas também para elementos da Administração central; o *Defence Strategic Studies Institute* centra-se na análise independente de nível estratégico para apoio à decisão; o *Centre for Military Values, Principles and Leadership* desenvolve diversos programas de treino e educação; o *Joint Staff College* proporciona cursos de promoção a Major e Coronel e, ainda, as quatro *Military Academy* que proporcionam cursos de formação inicial para Oficiais e Sargentos.

O aspecto curioso nesta missão é o facto de ela ser comandada pelo mesmo comandante da Força Multinacional da coligação, sobretudo por motivos de protecção da força e de unidade de esforço. Quando a missão estiver na sua quarta fase e em pleno funcionamento, prevê-se que o contingente de 12 países atinja os 300 efectivos.

Portugal, como membro fundador da NATO, tem assumido sempre os seus compromissos com a Organização, procurando, através da sua participação em acções que relevam no âmbito da prossecução e manutenção da estabilidade internacional,

afirmar-se como produtor de Segurança Internacional. No que ao Iraque diz respeito, o Governo Português, assentou sempre a sua actuação no pressuposto básico que “o povo iraquiano tem o direito de determinar livremente o seu próprio destino e de controlar os seus recursos naturais. Ajudar o Governo Transitório iraquiano a instituir no Iraque um regime democrático e pluralista, no qual possa existir um respeito pleno pelos direitos humanos e pelas regras próprias de um Estado de Direito são objectivos fixados pelas Nações Unidas que o Governo português sempre apoiou”¹².

O apoio nacional foi materializado de várias formas, do plano político ao humanitário passando pela segurança, quadro em que se inscreve a participação do contingente da Guarda Nacional Republicana (GNR), situação que só se materializou após a aprovação das Resoluções 1483 e 1511 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apesar do aceso debate interno relativamente à opção sobre qual o tipo de Força militar a enviar para o Iraque, a autorização para o Comandante-Geral da GNR aprontar, sustentar e empregar um contingente de 123 militares foi publicada na Portaria n.º 1164/2003 (2.ª Série) de 15 de Julho.

A participação portuguesa, hoje, é assegurada com outra tipologia de contingente. Assim, desde Fevereiro de 2005 e em resposta ao pedido formulado pelo Governo iraquiano, o Governo português, através da Portaria nº287/2005 do Ministério da Defesa Nacional, datada de 21 de Março de 2005, deliberou “aprovar o envolvimento de alguns militares das Forças Armadas Portuguesas para prestar apoio” no desempenho da NTM-I, com duração de um ano, dividida por dois períodos de seis meses.¹³ O contingente militar envolvido era constituído por quatro oficiais e dois sargentos. Os militares que integram o contingente nacional desempenham funções em países da classe C.¹⁴

Face à necessidade de prolongamento da missão em apreço, a fim de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança no Iraque, surge a 21 de Junho de 2006 uma nova Portaria, a nº 1082/2006.

12 Declaração do Governo Português sobre o Iraque, a 7 de Novembro de 2004.

13 Ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 41º e no nº 1 do artigo 44º da Lei nº 29/82, de 11 de Dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas), e nos termos do artigo 2º, nº 1, do Decreto-Lei nº 233/96, de 7 de Dezembro.

14 De acordo com o nº 5º da portaria nº 87/99 (2ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2ª série, nº 23, de 28 de Janeiro de 1999.

Ao longo de todo este processo decisório ao nível político, o Conselho Superior de Defesa Nacional foi sempre escutado. Este Órgão de Conselho autorizou a 23 de Maio de 2006, o reforço da participação portuguesa na NTM-I com mais três militares (oficiais ou sargentos).¹⁵

A 27 de Abril de 2007 decorreu no *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) em Bruxelas, a Conferência de *Manning* para o *Crisis Establishment* 0.5, na qual Portugal assegurou os seis cargos iniciais na NTM-I, e que foram ocupados até à data de implementação do mesmo, em Setembro de 2007.

No Teatro, os militares portugueses participam em acções de *mentoring*, aconselhamento, de apoio e formação nas mais diversas áreas. Aqui salientamos a dificuldade de comunicação, dado que as aulas são ministradas em inglês e traduzidas para árabe por um intérprete. Actualmente, estão no Iraque seis militares nacionais a saber:

- Um Coronel - Mentor do Chefe do Gabinete de Situação do primeiro-ministro que se encontra no *National Operations Centre* (NOC);
- Um Tenente-Coronel - Conselheiro no NOC;

No Quartel-General da NTM-I encontram-se:

- Dois Oficiais superiores que são assessores e, ao mesmo tempo, formadores no *Iraqi Training and Doctrine Command*;
- Um Sargento - Assistente do *Public Information Officer*;
- Um Sargento - Responsável pelas tarefas logísticas.

5. Portugal e a *International Security Assistance Force*

A criação da *International Security Assistance Force* (ISAF) remonta ao acordo assinado em Bona, a 5 de Dezembro de 2001, o *Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan Pending the Re-Establishment of Permanent Government Institutions*.¹⁶ Neste acordo foi estabelecida uma Autoridade Interina, prevendo-se a sua substituição por uma Autoridade Transitória definida pela *Emergency Loya Jirga* (grande assembleia). Esta Autori-

15 Decisão do Conselho Superior de Defesa Nacional n.º 1119.

16 Este Acordo está disponível em <http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/SNAO-63DPZB?OpenDocument>.

dade, após eleições veio a dar origem ao Governo afegão. O acordo reconhecia que a responsabilidade pela segurança, lei e ordem residia nos próprios afegãos, que ao mesmo tempo solicitavam o apoio da comunidade internacional para estabelecer e treinar as novas Forças Armadas e de Segurança e, solicitavam ainda uma Força mandatada pelas Nações Unidas que os apoiasse na manutenção da segurança da região de Kabul.

A ISAF, força multinacional com mandato das Nações Unidas, foi projectada em Dezembro de 2001, e para além do apoio à manutenção da segurança na região de Kabul, tinha também a responsabilidade de garantir condições estáveis para que a missão da ONU no Afeganistão (UNAMA), pudesse actuar em segurança. A ISAF, em conjunto com as Nações que compõem o G8, foi igualmente incumbida de conduzir o processo da *Security Sector Reform*.

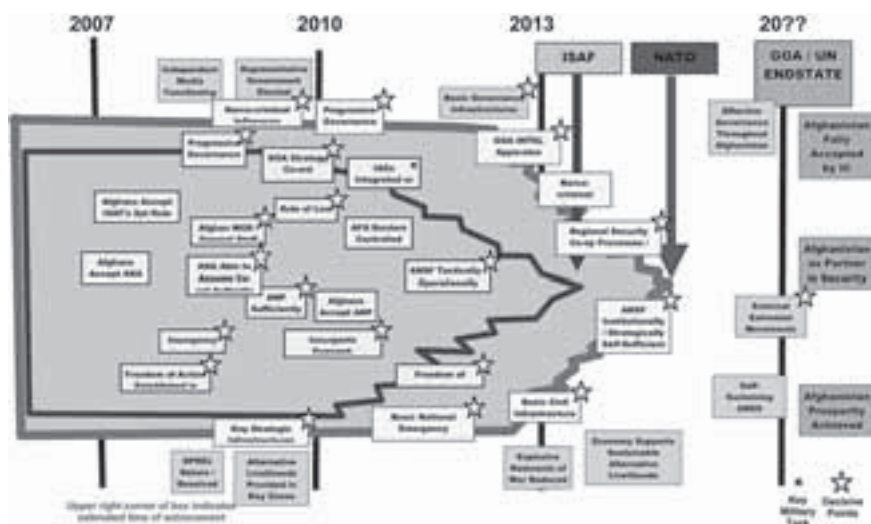
A ISAF, desde 11 de Agosto de 2003, passou a ser comandada e suportada pela NATO, sendo o seu financiamento assegurado pelos países que contribuem com contingentes militares; no entanto, não são a única Força presente no Teatro, pois continuam a existir as Forças da Coligação do *Combined Forces Command* - AFG (CFC-A), lideradas pelos Estados Unidos da América e que se encontram a executar a Operação *Enduring Freedom*, através de operações de estabilização que incluem acções de combate na Área de Operações (AOO) da ISAF.

A partir de Agosto de 2006, a NATO iniciou a expansão da sua actuação a todo o território e agora tem como Missão a condução de operações militares na sua Área de Operações (AO), apoiando o Governo da República Islâmica do Afeganistão (GIROA) no estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro, de forma a estender a autoridade e influência do GIROA e facilitar a reconstrução do Afeganistão, contribuindo desta forma para a estabilidade regional.

Esta é uma Missão que se prevê de longa duração, com um *Endstate* previsto para além do ano 2013. A ISAF pretende, em perfeita sintonia com as instituições afegãs, demonstrar o seu compromisso com a segurança, reconstrução e desenvolvimento do território, seguindo as diferentes linhas de tempo e operações que podemos consultar na fig. 1.

Figura 1

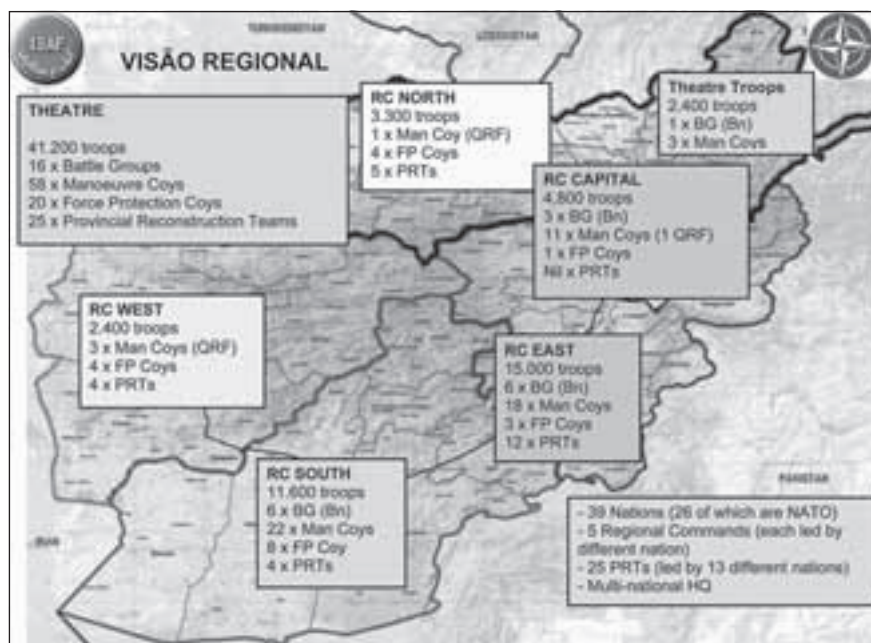
Visão da ISAF do desenho da campanha para a resolução



Mas, para poder prosseguir e cumprir a sua missão, a ISAF adoptou o seguinte dispositivo:

- *Regional Command Capital (RC-C)*, com responsabilidade da AOO *KABUL*, com contingentes turco, italiano e francês;
- *Area North Regional Command (RC-N)*, com a responsabilidade da AOO *North*, com contingentes alemão, sueco e norueguês;
- *Area West Regional Command (RC-W)*, com a responsabilidade da AOO *West*, com contingentes espanhol, italiano, norte-americano e lituano;
- *Area South Regional Command (RC-S)*, com a responsabilidade da AOO *South*, com contingentes inglês, holandês, australiano, canadiano, norte-americano e romeno;
- *Area East Regional Command (RC-E)*, com a responsabilidade da AOO *East*, com contingente norte americano.

Figura 2
Dispositivo da ISAF



Os efectivos da Força provêm de 39 países, 26 da NATO e mais outros 12 como podemos ver no quadro apresentado na fig. 3.

Figura 3
Contribuição por País em 3 de Março de 2007

	Albania	AL	34		France	FR	1014		Norway	NO	429
	Australia	AS	553		FYROM	MK	137		Poland	PL	229
	Austria	AU	4		Germany	GE	2765		Portugal	PO	165
	Un. Arab. E.	UAE			Greece	GR	192		Romania	RO	758
	Azerbaijan	AJ	22		Hungary	HU	214		Slovenia	SI	49
	Belgium	BE	375		Iceland	IC	13		Slovakia	LO	61
	Bulgaria	BU	89		Ireland	EI	7		Spain	SP	669
	Canada	CA	2178		Italy	IT	2059		South Korea	KS	
	Croatia	HR	158		Latvia	LG	22		Sweden	SW	233
	Czech Rep	CZ	157		Lithuania	LH	142		Switzerland	CH	2
	Denmark	DE	399		Luxemburg	LU	9		Turkey	TU	660
	Estonia	EN	116		Netherlands	NL	2083		United Kingdom	UK	3430
	Finland	FI	79		New Zealand	NZ	109		United States	US	14438
Total: 34.044											

Até Dezembro de 2007 os efectivos cresceram significativamente e perfaziam 44.144 militares, onde se incluem os *National Support Element*, aos quais acrescem 7.000 efectivos do contingente norte-americano que participam na operação *Enduring Freedom*.

A Ameaça

É extremamente complexo identificar as várias ameaças no Teatro. De uma forma geral podemos considerar que a actividade subversiva, de tipologias *lumpen*, etnolinguística e global,¹⁷ é consistente em toda a Área de Operações da ISAF. Na terminologia da ISAF a ameaça não nos aparece identificada como subversão, mas

¹⁷ Garcia 2007, p. 27-98.

como insurreição, pelo que falaremos aqui indistintamente de elementos subversivos ou insurrectos.¹⁸

Assim, podemos considerar uma ameaça de nível um, inserida na tipologia subversiva global, com os combatentes a serem treinados em *madrassas*, com uma direcção central e o objectivo de recuperar o poder em Kabul.

Num segundo nível encontra-se a ameaça de tipologia etnolinguística, cuja organização é definida pelos laços familiares das estruturas que podem ser mobilizadas para o conflito em unidades militares primitivas, onde as lealdades assentam na genealogia e a pertença não é uma opção. Uma unidade de combate de um grupo etnolinguístico é organizada numa estrutura tradicional, onde as decisões são deliberações dos mais velhos que desempenham um papel de relevo, possuem uma capacidade de planeamento de condução de conflitos armados, envolvendo um inimigo ou uma rede de inimigos, socorrendo-se muitas vezes das mais modernas tecnologias. A sua perenidade deve-se à necessidade individual de sobrevivência e capacidade de efectuar pequenas acções. Contudo, não é um combate sustentado, e os combatentes possuem objectivos lucrativos muito bem definidos pelo que lutam sobretudo por recursos e, cada vez mais, numa perspectiva de enriquecimento. As suas Forças são a manifestação da sua cultura e apresentam poucos vestígios de doutrina de insurreição ou de organização em estado-maior, e a liderança é indicada pelos membros, de onde lhe advém o ascendente pelos pares e a boa aceitação pelos mais velhos, de quem dependem na angariação de fundos e recrutamento.

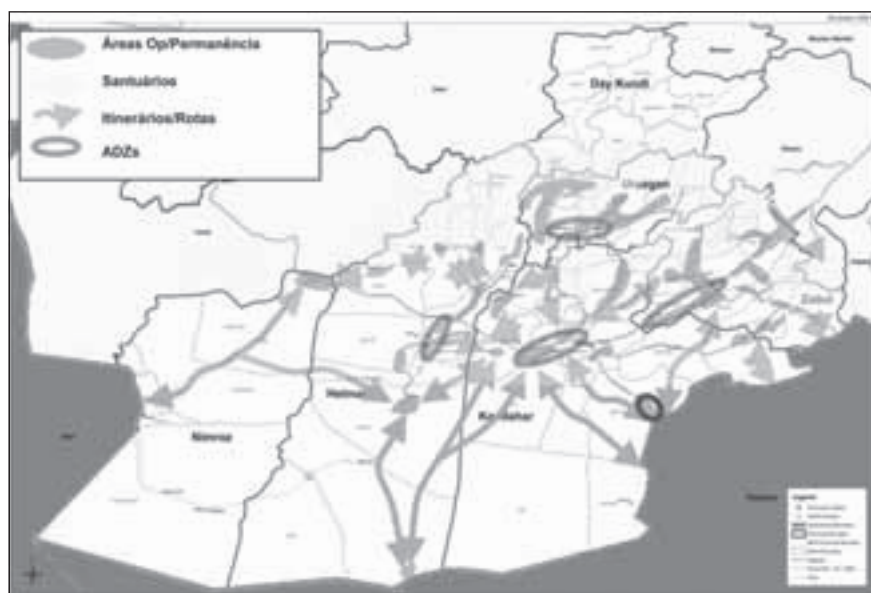
Finalmente, num terceiro nível, uma ameaça *lumpen*, constituída por grupos armados ligeiramente organizados, de estrutura informal e horizontal. A sua energia irradia da rua e não do desenvolvimento intelectual de uma ideologia, a actuação militar precede a conceptualização dos motivos, em vez de emergir deles. O recrutamento é local e o seu objectivo é o lucro; no fundo inserem-se na pequena criminalidade.

18 A Guerra insurreccional insere-se dentro do conceito de subversão. A subversão, que pode ser entendida como uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais para cercar a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo (Garcia, 2000, p. 78) não conduz, continuamente, à guerra subversiva, mas antecede-a e/ou acompanha-a, e em regra trava-se no plano militar sob a forma de guerrilhas. No fundo, e de uma forma abreviada, a guerra subversiva corresponde à subversão em armas. A Guerra insurreccional – confunde-se com o conceito de guerra interna, sendo “(...) uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído (...)” (EME, 1966a). De acordo com esta definição, diferencia-se da guerra subversiva por não ser conduzida obrigatoriamente pela população civil.

Os principais grupos identificados e que se inserem nas diferentes tipologias referidas, além da *al Qaeda* e dos *Taliban*, são os *Haqqani* e o *Hiz-e Islami Gulbuddin*. A sua actuação incide nas emboscadas a colunas logísticas, ataques a *checkpoints*, raptos, na utilização de explosivos improvisados, etc. Nos RC Norte e Oeste, a actividade subversiva está mais ligada à criminalidade e nos RC Sul e Este, onde se sente mais a actividade *Taliban*, são frequentes as cartas com ameaças e os assassinatos.

A situação no RC Sul pode ser cartografada como podemos observar na figura 4.

Figura 4
Situação Insurrecta no Sul em Agosto de 2007



A ameaça por vezes revela-se de onde menos se espera e pode surgir de elementos envergando o uniforme do Exército afegão. Um dado interessante é que os militares afegãos têm um soldo de 100 dólares, e os *Taliban* de 300 dólares mensais. Muitos dos incidentes ocorrem também na vasta zona fronteiriça com o Paquistão e com os traficantes de ópio.

No quadro seguinte podemos verificar, através do número de incidentes ocorridos no Teatro, onde estão contabilizadas as baixas. Lembramos que por baixa se entende o combatente que foi ferido ou morto.

Figura 5
Acumulado de Incidentes e Baixas de Fevereiro a Agosto de 2007

ISAF							ANA/ANPS						
	RCN	RCW	RCS	RCC	RCE	TOTAL		RCN	RCW	RCS	RCC	RCE	TOTAL
KIA	4	1	54	2	11	72	KIA	12	44	123	4	92	275
WA	13	12	211	6	105	347	WA	34	47	281	9	192	563
NED	1	1	2	0	5	9	NED	0	3	1	1	1	6
NEI	25	7	140	11	108	291	NEI	0	16	21	10	54	101
TOTAL	43	21	407	19	229	719	TOTAL	46	110	426	24	339	945
INSURRECTOS							LN						
	RCN	RCW	RCS	RCC	RCE	TOTAL		RCN	RCW	RCS	RCC	RCE	TOTAL
KIA	6	173	1337	8	261	1785	KIA	18	11	54	53	60	196
WA	0	5	82	1	15	103	WA	35	92	150	102	234	613
NED	0	0	0	0	0	0	NED	5	5	3	12	11	36
NEI	0	0	0	0	0	0	NEI	35	6	50	17	56	164
TOTAL	6	178	1419	9	276	1888	TOTAL	93	114	257	184	361	1009

Em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, Portugal participa na ISAF com:

- Quartel-General QG/ISAF - 4 militares, incluindo um Brigadeiro-General;
- QG/RC Capital - 2 militares;
- *Tactical Air Control Partie* (responsabilidade da FAP) - 7 militares;
- *Quick Reaction Force* (QRF)/ISAF - Uma unidade escalão companhia (UEC) de Atiradores atribuída em controlo táctico (TACON) ao RC CAPITAL com a seguinte composição:
 - Comando e Secção de Comando;
 - Destacamento de Apoio de Serviços;
 - Companhia de Atiradores.

Por sua vez, a *Quick Reaction Force* (QRF) mantém, actualmente, um Pelotão a 60 minutos *notice to move* e uma Companhia (-) a 2 horas *notice to move*. A esta unidade estão atribuídas as seguintes tarefas:

- *Riot and Crowd Control* (CRC);
- Operações ofensivas;

- *Framework Operations*;
- Operações de cerco e busca;
- Apoio às actividades do Governo afegão;
- Vigilância e reconhecimento em áreas urbanas/rurais;
- Ajuda humanitária;
- Apoio em catástrofes naturais.

Quando em TACON, um *Regional Command*, executa, além de outras operações, *Framework Operations* em coordenação com outras Unidades.

A unidade de reacção rápida tem as seguintes capacidades:

- Comando e controlo descentralizado;
- Mobilidade terrestre;
- Sistema anti-carro e morteiros;
- SATCOM orgânico até ao nível pelotão;
- Treino aeromóvel;
- Capacidade *Explosive Ordenance Disposal*;
- Protecção contra *Remote Controlled Improvised Explosive Device* (IED);
- Veículos para a neve com capacidade de transporte de um pelotão;
- É auto-sustentável por 72 horas.

No entanto, esta Força possui algumas limitações¹⁹ tais como operar em montanha em condições atmosféricas severas, assim como, a sua utilização em missões fora da área geográfica de Kabul, que requer coordenação prévia com autoridades portuguesas para missões de reforço de duração prolongada.

A QRF, como todas as outras FND, está sob Comando Operacional do General GEMGFA em Portugal, e é atribuída à ISAF sob Controlo Operacional que, por sua vez, a cede em controlo tático a um dos seus Comandos Regionais.

Portugal, até ao momento, participou nesta operação com cinco contingentes militares como o descrito e mais alguns elementos nos Quartéis-generais. O quadro seguinte sintetiza essa participação, não incluindo aqui os militares nacionais ao serviço do *Allied Rapid Reaction Corp* que destaca elementos para o QG da ISAF.

19 CHOD PO JSR IAW 271314Z FEB 07 (ORBATTOALAND).

Figura 5
Força e Efectivos Envolvidos no TO do Afeganistão

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM
		O	S	P	TOTAL		
ISAF	QG Outros	15	7	1	23	27 Fev. 02	
	CCmds	14	44	99	157	10 Ago. 05	18 Fev. 06
	CCmds	14	44	99	157	18 Fev. 06	28 Ago. 06
	2º BIPara	13	36	100	149	28 Ago. 06	28 Fev. 07
	CCmds	12	41	97	150	28 Fev. 07	28 Ago. 07
	2º BIPara	16	44	97	157	28 Ago. 07	
	TOTAL	84	216	493	793		

Fonte: SCMA/Gab. CEME.

Os encargos previstos com a presença nacional no Teatro para 2008, incluindo a retracção, são de aproximadamente 12,5 milhões de euros.

O Futuro

As *Operational Mentoring and Liaison Team* (OMLT) constituem um contributo chave da NATO para o desenvolvimento do Exército afegão. Estas equipas estão *embedded* nos Batalhões (*Kandaks*), Brigadas, Guarnições e Quartéis-generais. As OMLT's desenvolvem actividades de treino, ensino e de *mentoring* em todas as áreas funcionais, em apoio às unidades do Exército do Afeganistão, incluindo na condução de operações. Ao mesmo tempo, estabelecem a ligação com a ISAF, coordenando o planeamento das operações e garantindo que o apoio militar necessário chega aos afegãos. Estas equipas são empregues sem restrições (*caveats*).

Portugal, a partir do início do ano de 2008, constituiu uma OMLT de Guarnição, com um efectivo de 12 militares e sediada na Região de Kabul, onde permanecem por um período de 6 meses.

Os *Provincial Reconstruction Teams* (PRTO's) são constituídos por equipas de elementos civis e militares que trabalham nas diversas províncias do país. O seu papel consiste, essencialmente, no apoio às autoridades locais em tarefas de reconstrução e desenvolvimento; no apoio à difusão da autoridade do Governo afegão e na criação de um ambiente mais seguro onde seja apropriado apoiar as iniciativas de SSR e,

fundamentalmente, na demonstração do empenho da comunidade internacional no futuro do Afeganistão.

Estas equipas podem ser multinacionais ou de um só país; no entanto, a sua componente militar fica sob o comando da ISAF, sendo coordenados pelo comandante regional. Actualmente, existem 25 PRT que desenvolveram 5.161 projectos desde 2002 (não incluindo Kabul), num investimento total de 818 milhões de dólares. Gostaríamos ainda de salientar alguns dados estatísticos após a intervenção da Comunidade Internacional no país: 83% da população tem acesso a cuidados de saúde, 10% da população possui telemóvel, 7 milhões de crianças, incluindo 2 milhões de raparigas, frequentam a escola diariamente, foram recuperados 4 mil quilómetros de estrada e desmobilizados e/ou reintegrados 60 mil ex-combatentes.

6. Portugal na *United Nations Interim Force in Lebanon*²⁰

A *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL) remonta as suas origens a Março de 1978 e estava orientada para a confirmação da retirada israelita do território do Líbano, a restauração da paz e segurança internacional e a assistência ao governo libanês na restauração da sua efectiva autoridade na área.

Após a crise instaurada no Verão de 2006, o Conselho de Segurança decidiu que o mandato original deveria ser alterado, tendo os Governos de Israel e do Líbano ratificado a Resolução nº 1701 do CSNU, de 11 de Agosto de 2006 (aprovada por unanimidade). O texto daquela Resolução prevê um reforço da UNIFIL, dos actuais 2000, até um máximo de 15.000 militares. Esta Força multinacional foi necessária para facilitar a entrada das Forças Armadas Libanesas na região e, ao mesmo tempo, para reafirmar a intenção das Nações Unidas em reforçar aquelas Forças Armadas com o equipamento indispensável para lhe permitir desempenhar as suas funções.

A UNIFIL deve actuar em conjunto com o Exército libanês para o controlo da cessação de todos os actos hostis e, em paralelo, deve verificar a retirada das Forças de Defesa Israelitas (IDF) para além da *Blue Line*. Esta Resolução também remete para a implementação das Resoluções anteriores, nomeadamente para o restabelecimento das fronteiras libanesas internacionalmente reconhecidas (incluindo as “*Shebaa Farm*”),

20 Na página da Internet da ONU <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unifil/background.html>, podemos encontrar informação mais detalhada sobre esta temática.

tal como contemplado no Acordo de Armistício Geral Iraelo-Libanês de 23 de Março de 1949.

O texto da Resolução permite ainda a UNIFIL adoptar todas as acções necessárias, dentro das suas capacidades, para garantir que a área de operações não é utilizada para actividades hostis de qualquer espécie, podendo, se necessário, recorrer ao uso da força para fazer respeitar o mandato, ou seja, o restabelecimento no Sul do Líbano de uma área entre a *Blue Line* e o Rio Litani, livre de pessoal armado, equipamento e armamento além do pertencente à UNIFIL ou ao Governo do Líbano; no fundo o estabelecimento de uma área de onde o *Hezbollah* e as IDF seriam excluídos. As forças das Nações Unidas terão ainda como missão apoiar o Exército libanês na resolução da crise e na sua deslocação para o Sul do país (cerca de 15.000 efectivos). Um dado extremamente importante em todo este processo é o facto de a Resolução 1701 enfatizar a importância da extensão da autoridade do Governo libanês a todo o território, do exercício pleno da sua soberania, de maneira a que não exista armamento sem o consentimento governamental, e nenhuma outra autoridade além da daquele Governo, apelando mesmo para a implementação plena das Resoluções 1559 (2004) e da 1680 (2006), que requerem o desarmamento de todos os grupos armados no Líbano; porém, o mandato da UNIFIL não prevê as mesmas medidas no que se refere ao *Hezbollah*.

Apesar de alguns incidentes esporádicos, o cessar-fogo que se iniciou a 14 de Agosto de 2006, tem vindo a ser respeitado por ambas as partes; todavia pela análise das declarações das autoridades do Líbano, parece que o estatuto do *Hezbollah* se mantém inalterado.

A UNIFIL tem como Missão assistir o Governo libanês no exercício da soberania no seu território e apoiar as Forças Armadas Libanesas na estabilização da paz e segurança na Área de Operações, para garantir que esta não é utilizada para actividades hostis de qualquer tipo. No final da operação, o Governo libanês deve estar apto a manter a segurança das suas fronteiras e pontos de entrada, de forma a prevenir a recorrência das hostilidades e criar as condições para uma paz duradoura.

Para cumprir esta Missão a operação foi planeada para ser executada em cinco fases:

Fase 1 – Reforço das capacidades militares existentes, mantendo-se especial atenção na segurança da área da retaguarda e das linhas de comunicações;

Fase 2 – Retirada das IDF das áreas ocupadas no Sul do Líbano, sendo as mesmas regiões ocupadas pelo exército libanês apoiado pela força de interposição;

Fase 3 – O exército libanês passa a ter um controlo efectivo da área a Sul do Líbano;

Fase 4 – Verificação e monitorização do cumprimento, pelas partes, do mandato das Nações Unidas;

Fase 5 – Transferência de responsabilidade operacional para o exército libanês e autoridades libanesas no Sul do Líbano.

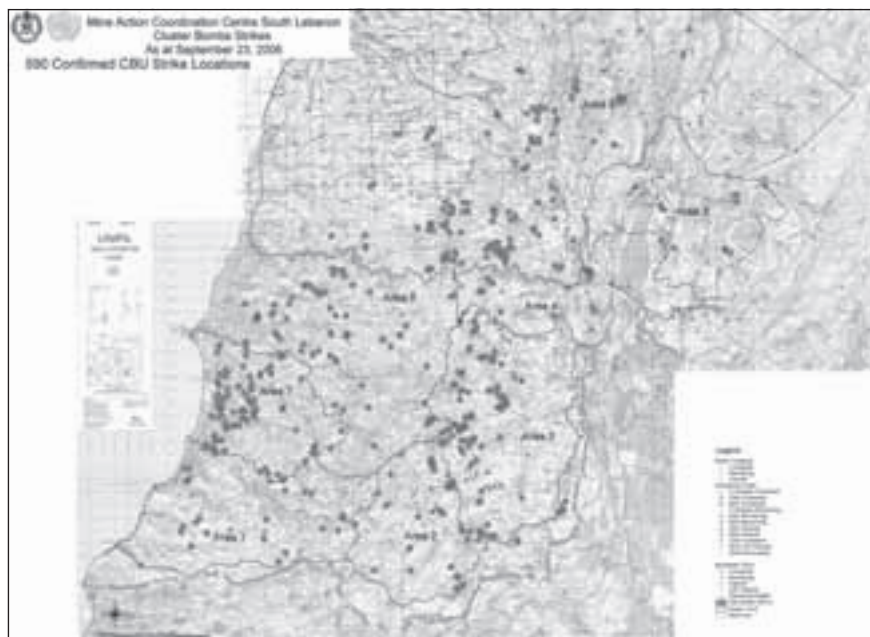
Podemos considerar que, no momento, estamos na terceira e quarta fases deste planeamento, pois o controlo por parte das Forças libanesas é semântico; por outro lado a UNIFIL já efectua tarefas que se consideram ser da quarta fase. Detalhemos um pouco as principais tarefas que a Força cumpre no Teatro:

- Monitorizar a suspensão das hostilidades, o que compreende a verificação dos movimentos de travessia do Rio Litani;
- Reconhecimento aéreo da linha de fronteira entre o Líbano e Israel e a fronteira entre o vale do Sul de Bekaa com a Área de Operações;
- Manter uma ligação regular com o exército libanês e, quando apropriado, com os Comandantes da IDF;
- Verificação e relato das infracções ao estabelecido pelo Conselho de Segurança da Nações Unidas, Governo do Líbano e Governo de Israel;
- Estabelecimento de postos de controlo ao longo de pontos-chave na fronteira da Área de Operações.

A Ameaça

A Força enfrenta diversas ameaças à sua segurança, das quais se destacam o elevado número de minas anti-pessoal e anti-carro existentes. De salientar que a actividade de espionagem é considerada média, a atitude do *Hezbollah* em relação à Força é baixa, mas as violações aéreas por parte das IDF são inúmeras. De acordo com os diversos estudos sobre a avaliação da ameaça, prevê-se que a situação na AO se deverá manter calma e independente dos acontecimentos em Beirute; que as boas relações com a comunidade local se mantenham, não sendo, no entanto, de descuidar a possibilidade de virem a ocorrer acções hostis de grupos extremistas ou de certos segmentos da sociedade, sendo provável que o *Hezbollah* possa estar a reorganizar e a reunir material, podendo a Força vir a sofrer eventuais danos colaterais.

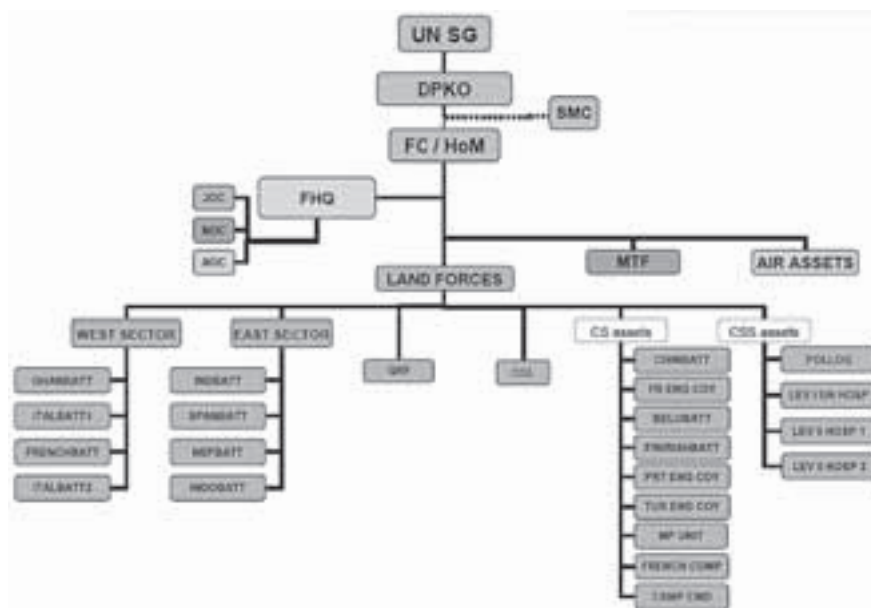
Figura 6
Localização de Engenhos Explosivos não Detonados



Estrutura da Força

A UNIFIL, actualmente sob comando francês e com um efectivo próximo dos 13.000 militares, adoptou um dispositivo de superfície em Sectores (Este e Oeste), cada um com um comando de Brigada e quatro unidades de manobra de escalão Batalhão, uma *Quick Reaction Force*, Forças de Apoio de Serviços, Forças de Apoio de Combate e ainda Forças de Contingência (naval e aérea).

Figura 7
Estrutura da UNIFIL



Em Conselho Superior de Defesa Nacional de 30 de Agosto de 2006 ficou decidida a forma de participação de Portugal na UNIFIL, tendo-se optado por uma Companhia de Engenharia. A Unidade de Engenharia portuguesa (1/FND/UNIFIL) teve como Unidade base a CEng/BrigMec²¹ e foi inserida no apoio de combate da força militar da UNIFIL. A participação portuguesa na UNIFIL é, assim, materializada através de um QG/UNIFIL com 5 militares.

Uma Unidade de Engenharia com um efectivo aproximado dos 140 elementos é constituída por:

- Comando;
- Unidade de Apoio de Serviços;
- Pelotão de Engenharia de Construção Horizontal;
- Pelotão de Engenharia de Construção Vertical.

21 Na Directiva N° 65/CEME/06 foi cometida à BrigMec a organização e o aprontamento do 1° FND/UNIFIL.

A UNENG/FND/UNIFIL que está sob Comando Operacional do General GEMGFA em Portugal, é atribuída à UNIFIL sob Controlo Operacional e tem como missão executar trabalhos de apoio geral de engenharia, de apoio à protecção e de apoio à mobilidade, na sua área de responsabilidade, contribuindo para a reconstrução e desenvolvimento das infra-estruturas no Teatro de Operações do Líbano, em apoio da UNIFIL e do Governo libanês.

A Força portuguesa no âmbito do Apoio Geral de Engenharia tem a possibilidade de apoiar nas seguintes tipologias:

1. Construções Verticais:

- Colaboração na construção de acantonamentos, instalações das ONU e bases logísticas;
- Reabilitação de edifícios existentes e de outras estruturas;
- Assistência na recuperação de edifícios públicos;
- Montagem de estruturas pré-fabricadas.

2. Construções Horizontais:

- Reparação e manutenção de itinerários;
- Construção e manutenção de aeroportos e heliportos;
- Execução de trabalhos de desmatção, escavação, aterro, nivelamento e compactação de terrenos;
- Execução de trabalhos de drenagem.

A Companhia de Engenharia pode ainda prestar outro tipo de apoios gerais como:

- Fornecimento e distribuição de energia eléctrica;
- Capacidade de reabastecimento e purificação de água.

Além do apoio geral de engenharia, a Companhia apoia a Força na área da sobrevivência através da construção de abrigos para protecção de pessoal e da execução de trabalhos de fortificação.

O equipamento e o treino da unidade militar portuguesa permitem-lhe ainda apoiar as Organizações Internacionais (IO) e Organizações Não-Governamentais (NGO) dentro dos seus meios e capacidades e apoiar a execução de programas de protecção ambiental e sanitários, tendo ainda a capacidade de destacar Forças por tempo limitado para o cumprimento de tarefas específicas de Engenharia. No entanto, apresenta limitações na reabilitação de edifícios com altura superior a 2 pisos, na execução de trabalhos de pavimentação e/ou asfaltagem, na reparação e manutenção de pontes, na instalação e execução de pontes, na captação de água (equipamento para furos), em trabalhos

de minagem e desminagem, em descontaminação NBQ (colectiva), em transposição de vãos, e em garantir auto-suficiência em segurança.

Não gostaríamos de findar este capítulo do nosso breve artigo sem deixar o registo de alguns dados estatísticos do desempenho da Força no período de Novembro de 2006 a Maio de 2007:

- Horas de equipamento de engenharia: 5.792
- Movimentos administrativos realizados: 1.041
- Quilómetros administrativos realizados: 56.880
- Movimentos operacionais realizados: 894
- Quilómetros operacionais realizados: 54.656
- Combustíveis para actividade operacional: 72.968
- Combustíveis para outras actividades: 72.183
- Acidentes pessoais em actividade operacional: zero
- Acidentes de viação: zero
- Acidentes com Engenhos Explosivos não Detonados: zero

Até ao momento, Portugal participou na UNIFIL com três contingentes militares como o descrito e mais alguns elementos nos Quartéis-gerais. O quadro seguinte sintetiza essa participação.

Figura 8
Empenhamento do Exército no Líbano

MISSÃO	FORÇA	EFFECTIVOS				INÍCIO	FIM
		O	S	P	TOTAL		
UNIFIL	QG e Outros	4	2	-	6	24 Nov. 06	
	CEng/BrigMec	12	37	92	141	25 Nov. 06	25 Mai. 07
	CEng/RE1 1	12	37	92	141	25 Mai. 07	26 Nov. 07
	CEng/RE3	13	36	92	141	26 Nov. 07	
	TOTAL	41	112	276	429		

Fonte: SCMA/Gab. CEME.

Os encargos previstos com a presença nacional no Teatro para 2008, são de aproximadamente 9 milhões de euros, onde se incluem cerca de 3,5 milhões de euros de ressarcimento por parte das Nações Unidas.

7. Conclusão

O contributo português para as missões de paz internacionais representa já um importante património. Mobilizou mais de 20 mil portugueses em mais de 30 cenários de crise espalhados por África, Europa, Médio Oriente e Sudeste Asiático, e envolveu uma vasta gama de actividades nos campos militar, político, social e cultural.

A participação portuguesa, independentemente do Teatro de Operações e da tipologia da missão, desencadeou ou acelerou transformações de fundo nas Forças Armadas e mudou o estatuto dos militares na sociedade portuguesa. O impacto desse empenhamento marcou a opinião pública e a forma como os portugueses percebem a sua posição no Mundo.

As Forças Armadas Portuguesas cumprem os desígnios atribuídos pelo poder político, onde, quando e da maneira que for definida. Porém, tem de haver a preocupação de as dotar dos meios e recursos adequados para poderem cumprir essas missões, de forma a estas continuarem a ser um instrumento útil para a política externa, dando contributos activos para as principais Organizações Internacionais das quais Portugal faz parte, assegurando assim uma partilha responsável da Segurança Internacional.

Bibliografia

BRANCO, Martins (2004), "A Gestão de conflitos intra-Estado: a necessidade de novas abordagens." *Janus*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/Público, p. 154-155.

GARCIA, Francisco Proença (2007), "Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos nacionais." *Estratégia*, Vol. XVI, p. 27-98. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

KALYVAS, Stathis (2003), "The Ontology of "political violence": action and identity in civil wars" *Perspectives on Politics*, Vol. 1, n. ° 3, p. 475-494, Washington D.C: American Political Science Association.

MONTEIRO, Amaro (1989), *A Guerra em Moçambique e na Guiné: técnicas de accionamento de massas*, Porto: Universidade Portucalense.

Legislação e documentos oficiais:

Directiva Operacional N° 007/CEMGFA de MARÇO de 2005.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (2002) - NATO Military Decision on MC 472 (2002) - *Military Concept for Defence against Terrorism*, 8 October.

OPLAN 10302 SACEUR *Operation Plan for the ISAF*.

Portaria n° 1082/2006 do MDN de 21 Junho de 2006.

Portaria n° 287/2005 do MEDNAM de 18 de Fevereiro de 2005.

Resolução 1546 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 08 de Junho de 2004.

Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 11 de Agosto de 2006.

UNIFIL CONOPS 001/06, de 11 de Setembro de 2006.

UNIFIL *Force Requirements*, de 17 de Agosto de 2006.

UNIFIL ROE, do MPS/DPKO de 11 de Setembro de 2006.

Sítios na Internet

<http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/SNAO-63DPZB?OpenDocument>

<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unifil/background.html>

<http://www.nato.int/issues/afghanistan/index.html>

<http://www.nato.int/issues/terrorism/index.html>

<http://www.nato.int/issues/dat/practice.html>

<http://www.nato.int/issues/capabilities/practice.html>

<http://www.nato.int/issues/iraq-assistance/index.html>